MODELO DE PETIÇÃO

INVENTÁRIO. VENDA DE VEÍCULO. PAGAMENTO ITCMD. NECESSIDADE. PETIÇÃO

Rénan Kfuri Lopes

Exma. Sra. Juíza de Direito da ... Vara de Sucessões da Comarca de ...

inventário n. ...

- alienação do veículo para pagamento de despesas do espólio-

- veículo sendo utilizado pela inventariante e gerando multas de transito contra o Espólio -

- depósito judicial da metade do valor da venda -

(nome), meeira, cônjuge supérstite e (nome), coerdeira, pelo comum advogado *in fine* assinado, nos autos do inventário de ...,vem, respeitosamente, aduzir o que se segue:

I- VEÍCULO NA POSSE E USO DA COERDEIRA “...”

1. Dentre outros bens imóveis e móveis, é objeto do inventário um veículo uma caminhonete cabine dupla, ... Diesel, Placa ..., ano ..., Renavam ...

2. Referido veículo se encontra na posse da coerdeira e atual inventariante ...a, conforme informado pela própria na quadra das “*Primeiras Declarações*” [vide Ids ...- Pág. ...].

3. Até o momento não juntou a coerdeira ...cópia dos documentos do veículo aos autos.

II- VEÍCULO SEM QUITAÇÃO DO IPVA E MULTAS DE TRÂNSITO EM VIAGENS DE “...”

4. A meeira e cônjuge supérstite ... recebeu em seu endereço:

(i) autuação acompanhado de DAE-Documento de Arrecadação Estadual por parcelas inadimplidas do IPVA relativo ao ano de ... [placa ...- Renavam ...] no valor de R$ ... [doc. n. ...];

(ii) notificação da autuação pelo DETRAN/... n. ... por “*excesso de velocidade*” autuada em “...” na cidade de “...”, distante “...” de ..., ainda não quitada [doc. n. ...];

(iii) notificação de autuação pelo DETRAN/... n. ... por “*deixar o condutor de usar o cinto de segurança*” autuada em “...” na cidade de “...”, distante “...” de ...

5. Destarte, indubitável que a coerdeira ... está na posse e utilizando do veículo “...” desde ... e transitando de forma ilegal: não quitou o IPVA e desobedeceu as Leis de Trânsito gerando multas contra o Espólio.

6. Importante anotar que o modelo do carro em questão, “...”, integra a categoria de veículo de luxo no seu segmento.

III- VEÍCULO SOFRE DEPRECIAÇÃO E A CÔNJUGE SUPÉRSTITE É PROPRIETÁRIA DE 50%

7. Noutra vértice, indubitável que veículos automotores são bens perecíveis que sofrem desvalorização contínua, sobremaneira sendo utilizado desmedidamente pela coerdeira “...”.

8. O aumento da quilometragem e o desgaste das peças do automóvel são incontestes.

9. E a cônjuge supérstite ... é coproprietária do veículo no percentual de 50% [cinquenta por cento], não dispõe da sua posse e ainda se depara com cotidiana desvalorização.

IV- VEÍCULO HÁ DE SER ESTACIONADO E VENDIDO PARA PAGAMENTO DO ITCMD E IPVA

10. Tanto a cônjuge supérstite ... como a coerdeira ..., além da idade, não dispõem de recursos financeiros para arcar com as próprias despesas pessoais.

11. A única fonte de renda da viúva/meeira ...era o imóvel rural, hoje na posse e uso da filha ..., que não lhe repassa qualquer valor pela fruição.

12. E a sequência lógica do presente inventário desaguará no indispensável pagamento do ITCMD- Imposto Sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação, cujo valor será calculado em 5% [cinco por cento] sobre a avaliação de mercado dos bens inventariados.

13. A norma cogente esculpida no art. 619 do CPC, condiciona alienação de bem do espólio à autorização judicial em atenção ao direito dos interessados, *in verbis*:

*Art. 619. Incumbe ainda ao inventariante, ouvidos os interessados e com autorização do juiz:*

*I. alienar bens de qualquer espécie;*

*II. transigir em juízo ou fora dele;*

*III. pagar dívidas do espólio;*

*IV. fazer as despesas necessárias para a conservação e o melhoramento dos bens do espólio*.

14. *In casu*, encontram-se atendidas as circunstâncias da necessidade da venda do veículo para num só passo:

- preservar o patrimônio, vez que sua desvalorização pelo correr do tempo é normal;

- estacionar o veículo para não lhe causar depreciação pelo uso;

- pagar os impostos do próprio veículo [IPVA];

- pagar o ITCMD para viabilizar a transferência dos bens inventariados.

15. Desde já a coproprietária de 50% ... e a coerdeira ... de 25% [=75%] manifestam-se perante esse d. juízo, expressamente concorde com a venda IMEDIATA do veículo!

16. Sobre o tema, sólido o posicionamento do colendo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS e do egrégio TRIBUNAL DE JUSIÇA DE SÃO PAULO:

“*Agravo de instrumento – Inventário – Deferimento de alvará para a venda apenas do imóvel - Diante do atual cenário econômico, verossímil a alegação de dificuldade nessa venda - Razoável autorização para a alienação do veículo para pagamento das despesas dos espólios - Mantida a determinação de que qualquer levantamento de quantia pelo inventariante deve ser destinado ao pagamento de despesas do espólio, mediante prévia comprovação – Dá-se parcial provimento ao recurso*.” [TJSP; Agravo de Instrumento 2279168-72.2019.8.26.0000; 7ª Câmara de Direito Privado; DJ-e em 30/07/2020]

“*AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INVENTÁRIO. VENDA PARCELADA DE IMÓVEL DO ESPÓLIO. ANUÊNCIA DOS HERDEIROS. POSSIBILIDADE. Não há óbice à venda parcelada de imóvel que contou com a anuência dos herdeiros e cujo produto será utilizado para saldar dívidas do espólio. Recurso conhecido e provido*.” [TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0694.11.006668-5/001, 3ª CÂMARA CÍVEL, DJ-e em 05/10/2015].

“*INVENTÁRIO. ALVARÁ. PRETENDIDA CONCESSÃO DE ALVARÁ PARA VENDA DE VEÍCULO PARA PAGAMENTO DE IMPOSTO DE TRANSMISSÃO 'CAUSA MORTIS'. ADMISSIBILIDADE. HIPÓTESE EM QUE A VIÚVA MEEIRA E A HERDEIRA FILHA NÃO POSSUEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ARCAR COM OS ENCARGOS FISCAIS. PRETENDIDA AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DO BEM POR VALOR INFERIOR ÀQUELE INDICADO NA TABELA FIPE. VALORES INDICADOS QUE SÃO APENAS REFERENCIAIS. BEM QUE SOFRE DESVALORIZAÇÃO CONTÍNUA. RECURSO PROVIDO*.” [TJSP; Agravo de Instrumento 2153601-65.2018.8.26.0000; 6ª Câmara de Direito Privado; DJ-e em 01/08/2018]

“*Agravo de Instrumento – Inventário – Venda de veículo com grande deságio – Lei condiciona alienação de bem do espólio à autorização judicial em atenção ao direito dos interessados (CPC 619 I) – Herdeiros, representados por inventariante Agravante, concordam com venda – Monte composto de outros bens, que garantem interesse de credor – Alienação autorizada – Recurso provido*.” [TJSP, AI 2119185-37.2019.8.26.0000, DJ 26/03/2020]

“*INVENTÁRIO – Insurgência dos herdeiros do falecido contra decisão que indeferiu pedido de alvará para alienação de veículo, sob o fundamento de discordância da inventariante – Inexistência de óbice a seu deferimento – Valor arrecadado com a venda do móvel, contudo, que deve ser depositado em juízo para garantir o adimplemento da obrigação tributária e o pagamento de custas e despesas processuais – Decisão reformada - Recurso provido, com determinação e recomendação*.” [TJSP, AI 2250820-44.2019.8.26.0000, DJ 27/01/2020]

“*INVENTÁRIO. ALVARÁ. PRETENDIDA CONCESSÃO DE ALVARÁ PARA VENDA DE VEÍCULO PARA PAGAMENTO DE IMPOSTO DE TRANSMISSÃO 'CAUSA MORTIS'. ADMISSIBILIDADE. HIPÓTESE EM QUE A VIÚVA MEEIRA E A HERDEIRA FILHA NÃO POSSUEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ARCAR COM OS ENCARGOS FISCAIS. PRETENDIDA AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DO BEM POR VALOR INFERIOR ÀQUELE INDICADO NA TABELA FIPE. VALORES INDICADOS QUE SÃO APENAS REFERENCIAIS. BEM QUE SOFRE DESVALORIZAÇÃO CONTÍNUA. RECURSO PROVIDO*.” [TJSP, AI 2153601-65.2018.8.26.0000, DJ 01/08/2018]

V- PEDIDOS

17. ***Ex positis***, a cônjuge supérstite ... e a coerdeira ... requerem:

a) de pronto e com urgência, determinado que a coerdeira “...” pare de utilizar o veículo, estacionando-o em algum lugar, intimando-a para informar onde se encontra o veículo para fins de visitação dos interessados na aquisição;

b) SEJA DEFERIDA A ALIENAÇÃO da caminhonete cabine dupla, ..., Diesel, Placa ..., ano ..., Renavam ..., pelo valor de mercado à época da autorização, tomando-se como base o preço informado da “*Tabela Fipe*”; expedindo-se alvará para a transferência do adquirente, depositando o valor em juízo, deixando claro na decisão de V. Exa. que a metade desse valor pertence e será levantado pela cônjuge supérstite ... e os outros 50% serão utilizados para o pagamento do IPVA do veículo e ITCMD do inventário.

c) a oitiva da herdeira ... sobre o presente pleito.

P. Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)